

# HOMENS OU MÁQUINAS?<sup>1</sup>

A breve discussão ocorrida na última sessão da Câmara de Vereadores entre nossos companheiros e alguns representantes da maioria a respeito de programas para o ensino profissional merece ser comentada, ainda que de modo breve e sumário. A observação do companheiro Zini (“As correntes humanista e profissional ainda se chocam no campo do ensino popular: é preciso fundi-las, mas não se deve esquecer que, antes do operário, há o homem, ao qual não é preciso impedir a possibilidade de varrer nos mais amplos horizontes do espírito, para submetê-lo de imediato à máquina”) e os protestos do vereador Sincero contra a filosofia (a filosofia encontra adversários sobretudo quando afirma verdades que atingem interesses particulares) não são simples episódios polêmicos

<sup>1</sup> Sem assinatura, *Avanti!*, ed. piemontesa, ano XX, n. 351, 24 de dezembro de 1916. Seção “La scuola e i socialisti” [A escola e os socialistas]. O tema a que o artigo se refere foi debatido nas sessões da Câmara dos Vereadores nos dias 13, 20 e 22 de dezembro de 1916 e propunha a criação de um instituto público para oferecer educação profissional ao operariado, função até então desempenhada pela iniciativa privada. Gramsci, à época com 25 anos, havia três anos membro da seção turinesa do Partido Socialista Italiano (PSI), já demonstrava firmeza naquele que seria um traço permanente de sua atividade intelectual e prática: a convicção de que a subalternidade se apoiava sobre uma base também intelectual, moral e cultural, não apenas imediatamente econômica e política. Haveria a necessidade, portanto, de que a educação formal e a formação intelectual e cultural constituíssem frentes de luta no partido e no sindicato, elementos que um pouco mais tarde (em especial a partir de 1919) tornaram-se fontes de discordia com diferentes frações do PSI. Em *Cadernos do cárcere* (1926-1935), Gramsci retomou o tema estabelecendo uma linha de continuidade entre a política, a escola e os intelectuais.

ocasionais: são confrontos necessários entre os que representam princípios fundamentalmente diversos<sup>2</sup>.

1) Nossa parte ainda não se pronunciou sobre um programa escolar concreto que se diferencie dos programas habituais. Contentamo-nos até agora em afirmar o princípio genérico da necessidade da cultura, seja elementar, seja profissional, seja superior, e esse princípio foi por nós desenvolvido e propagandeado com vigor e energia. Podemos afirmar que a diminuição do analfabetismo na Itália deve-se menos à lei sobre a instrução obrigatória que à vida espiritual, ao sentimento de certas necessidades da vida interior, que a propaganda socialista soube suscitar nos estratos proletários do povo italiano. Mas não fomos além disso. A escola, na Itália, continuou sendo um organismo genuinamente burguês, no pior sentido da palavra. A escola média e superior, que são do Estado, ou seja, são pagas com os recursos do tesouro nacional e, portanto, também com os impostos diretos pagos pelo proletariado, só podem ser frequentadas pelos jovens filhos da burguesia, que desfrutam da independência econômica necessária para a tranquilidade dos estudos. Um proletário, ainda que seja inteligente, ainda que tenha todas as condições necessárias para tornar-se um homem de cultura, é obrigado a desperdiçar suas qualidades em outra atividade ou tornar-se um obstinado, um autodidata, ou seja, com as devidas exceções, um meio homem, um homem que não pode dar tudo o que poderia dar caso tivesse se completado e fortalecido na disciplina da escola. A

<sup>2</sup> Zino Zini (1868-1937), professor de filosofia, vereador socialista em Turim entre 1906 e 1919, foi mais tarde estreito colaborador de *L'Ordine Nuovo*. O vereador liberal Francesco Sincero defendia um ensino profissional utilitário, o que permitia uma instrução muito limitada dos proletários. Em sua réplica a Zini, reconhecia a exigência “formativa” também na preparação dos futuros operários, mas não aceitava que tal preparação se fundasse no “humanismo”. (N. E. O.)

cultura é um privilégio. A escola é um privilégio. E não queremos que seja assim. Todos os jovens deveriam ser iguais perante a cultura. O Estado não deve pagar com o dinheiro de todos a escola também para os medíocres e estúpidos filhos dos ricos, enquanto exclui os inteligentes e capazes filhos dos proletários. As escolas média e superior devem ser dirigidas apenas para os que se mostram dignos delas. Se é do interesse geral que existam e sejam mantidas e regulamentadas pelo Estado, é também do interesse geral que possam ter acesso a elas todos os que são inteligentes, qualquer que seja sua condição econômica. O sacrifício da coletividade só se justifica quando se dá em benefício dos que o merecem. Por isso, o sacrifício da coletividade deve servir, sobretudo, para dar às pessoas de valor a independência econômica necessária a fim de que possam dedicar tranquilamente seu tempo aos estudos e para que possam fazê-lo com seriedade<sup>3</sup>.

2) O proletariado, que é excluído das escolas de cultura média e superior em razão das atuais condições da sociedade, que determinam certa especialização entre os homens – especialização an-tinatural, já que não é baseada nas diferentes capacidades e, por isso, destrói e prejudica a produção –, tem de ingressar nas escolas paralelas: técnicas e profissionais. As escolas técnicas, instituídas

<sup>3</sup> A crítica do caráter de classe da escola, pública ou privada, assim como a cisão ideológica entre trabalho intelectual e manual, encontram importantes desenvolvimentos na produção do cárcere. Cada vez mais se tornou nítida na percepção de Gramsci a relação entre a educação e o “fundamento elementar” de Maquiavel – cf. Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere: edizione critica dell’Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana* (Turim, Einaudi, 1975), p. 1.752 –, isto é, a separação entre governantes e governados como uma realidade política. Desse modo, a superação dessa “realidade efetiva” passaria necessariamente por uma reforma estrutural no sistema escolar que permitisse a criação de uma “escola única” para todas as frações sociais, capaz de equilibrar de modo justo “o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (técnica, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual”. *Ibidem*, p. 1.531.

com critérios democráticos pelo ministro Casati, sofreram, em virtude das necessidades antidemocráticas do orçamento estatal, uma transformação que em grande medida as desnaturou<sup>4</sup>. São agora, em grande parte, uma repetição inútil das escolas clássicas, e um inocente desaguadouro do empreguismo pequeno-burguês. As taxas de matrícula cada vez mais altas – e as possibilidades concretas que dão para a vida prática – fizeram também delas um privilégio. De resto, o proletariado, em sua esmagadora maioria, é automaticamente excluído de tais escolas, em razão da vida incerta e aleatória que o assalariado é obrigado a levar: uma vida que certamente não é a mais propícia para seguir com proveito um ciclo de estudos.

3) O proletariado precisa de uma escola desinteressada<sup>5</sup>. Uma escola na qual seja dada ao infante a possibilidade de formar-se, tornar-se homem, adquirir aqueles critérios gerais que servem para o desenvolvimento do caráter. Em suma, uma escola humanista, tal como a entendiam os antigos e, mais recentemente, os homens do Renascimento. Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e não constrinja sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se por trilhos com estação prefixada. Uma escola de liberdade e livre iniciativa, não uma escola de escravidão e mecanicidade. Também os filhos dos proletários devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os terrenos livres para poder realizar

<sup>4</sup> Ministro da Educação Nacional do governo do Piemonte, Gabrio Casati (1798-1873) organizou, em 1859, um sistema de ensino que continuava em vigor no momento em que Gramsci escrevia este texto. (N. E. O.)

<sup>5</sup> A escola desinteressada tinha como principal alicerce a formação humana integral, de cultura geral. Ela se colocava, portanto, em oposição direta ao tipo de instrumentalização e rebaixamento a que a educação dos trabalhadores estava submetida à época, tendência que se tornou ainda mais dramática a partir de 1922 com a instauração do regime fascista e a reforma do ensino levada a cabo entre 1922 e 1924, por Giovanni Gentile, então ministro da Instrução Pública. Gramsci desenvolverá esse tema no cárcere, especialmente no *Caderno 12*.

a própria individualidade da melhor maneira possível e, por isso, da maneira mais produtiva para eles mesmos e para a coletividade. A escola profissional não deve se tornar uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, apenas com o olho certeiro e a mão firme. Mesmo pela cultura profissional é possível fazer com que do infante surja o homem, contanto que seja cultura educativa e não só informativa, ou não só prática manual. O vereador Sincero, que é industrial, é um burguês demasiado tacanho quando protesta contra a filosofia.

Decerto, para os industriais tacanhamente burgueses, pode ser mais útil ter operários-máquinas, em vez de operários-homens. Mas os sacrifícios a que o conjunto da coletividade se sujeita voluntariamente para melhorar a si mesma e fazer brotar de seu seio os melhores e mais perfeitos homens, que a elevem ainda mais, devem espalhar-se beneficamente pelo conjunto da coletividade e não apenas por uma categoria ou uma classe.

É um problema de direito e de força. E o proletariado deve estar atento para não sofrer um novo abuso, além dos tantos que já sofre.